

EVASÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.

Vania Dias Cordeiro e Paula¹
Celeste Mendes²
Ivanise Nazaré Mendes³

RESUMO

O presente trabalho dissertativo versa sobre “Evasão dos estudantes da educação de jovens e adultos nos anos finais do ensino fundamental. A evasão e o abandono escolar são problemas que estão presentes em diversas discussões em relação ao ensino médio e principalmente se referindo a modalidade de educação de Jovens e adultos, pois o curso é realizado em curto espaço de tempo. A evasão escolar é um fenômeno que tira de a escola milhares de alunos que poderão vir a se tornar os futuros excluídos da sociedade e do mercado de trabalho. Os dados oriundos de tais materiais fundamentaram o estudo sobre a temática. Assim o objetivo principal da pesquisa busca analisar as causas da evasão nas etapas finais do Ensino Fundamental da modalidade EJA. Para tanto utilizou-se uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo. Os estudos realizados possibilitaram refletir sobre essas causas, bem como possibilitar a reflexão sobre a adoção de ações que possibilitem combater o abandono e a evasão escolar em sala de aula.

Palavras-chave: Evasão escolar. EJA. Ensino Fundamental.

ABSTRACT

The present dissertation deals with “Evasion of students from youth and adult education in the final years of elementary school. School evasion and dropout are problems that are present in several discussions in relation to secondary education and mainly referring to the modality of youth and adult education, since the course is carried out in a short period of time. Dropping out of school is a phenomenon that takes thousands of students out of school who may become future excluded from society and the job market. Data from such materials supported the study on the subject. Thus, the main objective of the research seeks to analyze the causes of evasion in the final stages of Elementary Education in the EJA modality. For that, an exploratory research of a qualitative nature was used. The studies carried out made it possible to reflect on these causes, as well as to make it possible to reflect on the adoption of actions that make it possible to combat dropout and school dropout in the classroom.

Keywords: School dropout. EJA. Elementary School.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa surgiu da necessidade de compreender os fatores que desencadearam a evasão escolar em alunos da EJA nos anos finais do ensino fundamental, sendo que o interesse pelo tema se deve à relação ao sucesso pessoal e as necessidades de melhoria profissional que muitas pessoas apresentam, vislumbrando na Educação de Jovens e Adultos (EJA), uma porta aberta para

¹ Mestre em Ciências da Educação pela UNAEDS-Universidade Del Sol-PY. Coordenadora Educacional da Escola Estadual José Feliciano Ferreira Em Piracanjuba-Goiás.

² Doutora em Ciências Da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental-PY. Co-Orientadora pela UNAEDS- Universidad Del Sol- Py.

³ Doutora em Ciências Da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental-PY. Orientadora pela UNAEDS- Universidad Del Sol- Py.

regressar à escola com a viabilidade de ascensão pessoal e profissional para a adição de conhecimentos de novos saberes aos que já possuíam.

Esta modalidade de ensino visa atender cidadãos com a faixa etária de 15 anos até mais de sessenta, que não terminaram seus estudos na idade certa ou que tiveram seu direito negado à escolaridade. Composta por uma clientela muito diversificada, desde jovens que ainda na adolescência como pessoas adultas, com idades bem variadas, apresenta vários desafios, o que inquietou a curiosidade para pesquisar sobre o problema, se fazendo pertinente buscar explicações, para as causas da evasão dos alunos do Ensino Fundamental, nas etapas finais da modalidade EJA, como forma de entender esse fenômeno para transformar esta realidade que oferece esta categoria de ensino.

A pesquisa utilizou o enfoque qualitativo, hipotético-dedutivo, usando o estudo de caso como metodologia. No estudo, para a verificação dos conteúdos foram utilizadas pesquisas em dissertações, artigos, teses, revistas especializadas, livros e demais publicações científicas. A metodologia apresenta os procedimentos utilizados e os métodos adotados para a articulação do referencial teórico sobre o enfoque qualitativo, o qual possibilitará alguns entendimentos com o objetivo decifrar o problema do estudo.

A pesquisa é de grande relevância para o campo educacional porque busca compreender um grande desafio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos nos anos finais do Ensino Fundamental, interpretando as causas que podem contribuir para os alunos evadirem. No âmbito acadêmico pode subsidiar pesquisas com temáticas semelhantes. Enfatizando que neste estudo, o fenômeno evasão dos alunos da EJA, pode ser de grande valia para auxiliar no processo de ensino e aprendizagem dos alunos desta modalidade de ensino.

2.REVISÃO DE LITERATURA

Entendendo-se que evasão pode ser classificada como um fenômeno social por se tratar de um comportamento comum observado em várias organizações escolares, causando um efeito negativo no âmbito escolar, visto como uma interrupção da jornada de estudos e, sobretudo, como um fato social, que deve receber um olhar especial sobre esse acontecimento por determinados fatores, é que o fato tem sido amplamente discutido, tanto na esfera escolar e nos cursos de

formação, como pelas secretarias de educação e órgãos de classe (BERTOLEZA,2021)

No Brasil, os discursos sobre o analfabetismo iniciaram-se após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Este embate passou a ser um tema bastante relevante porque os indivíduos que não eram alfabetizados de certo modo eram excluídos pela sociedade. O ato da alfabetização correspondia, então ao rompimento de uma grande barreira para as pessoas as quais era negado o direito de votar, o que possibilitou ainda o aprimoramento intelectual e a prática da cidadania, especialmente, para os brancos e negros oriundos de classes desfavorecidas economicamente (CARREIRA,2014).

Precisamente no ano de 1872, por meio do primeiro censo no país, foi evidenciado que 82,3% das pessoas com mais de cinco anos não eram alfabetizados, em 1890, após dezoito anos foi realizado o segundo censo, no período do Brasil República, e a situação do analfabetismo continuava a mesma. O número elevado de pessoas analfabetas despertou a atenção das autoridades, sendo assunto de grande repercussão nos discursos políticos, no entanto, houve pouca transformação, pois, na prática não teve grandes realizações (DIAS,2012).

Por décadas o analfabetismo é apontado como um problema que está muito distante de uma solução. É necessário que o sistema tenha um olhar especial sobre a realidade brasileira neste aspecto, principalmente onde as condições socio econômicas são menos favorecidas. Vale frisar que no Brasil existe o percentual mais alto de indivíduos analfabetos, entre os países da América Latina, os quais possuem as mesmas condições econômicas e características comuns em relação a educação (CARREIRA,2014). Este embate precisa de um enfrentamento que ultrapasse os muros das instituições de ensino (BERTOLEZA,2021)

No meio a várias funções da educação cabe-lhe o papel de formar o cidadão na sua integridade, envolvendo as suas demandas, sejam elas de natureza moral, intelectual, social, físico ou econômico, então acredita-se, que diante da sua função social, a educação colabora para que o indivíduo se desenvolva de forma plena, estabelecendo uma relação indissociável e intrínseca.

A educação pode ser vista como um pressuposto social que impulsiona as pessoas para a transformação de sua realidade. Em uma sociedade com oportunidades desiguais, a escolarização demonstra alguns resultados negativos ocorrendo a exclusão, em que os estudantes da classe baixa não possuem o mesmo

acesso escolar que os estudantes de classe com maior poder aquisitivo, proporcionando uma dicotomia entre a ordem educativa experienciado por essas duas camadas sociais distintas (ARRUDA,2019).

Nesse sentido, nos remetemos a Gomes (2005) o qual defende a ideia de que a EJA é compreendida como processo de políticas e práticas educacionais voltadas para a juventude e para a vida adulta, realizados dentro e fora do contexto escolar. Nesse sentido, a autora ainda reitera que, a EJA constitui um conjunto de práticas, vivências e propostas que lidam diretamente com a construção social, histórica e cultural das categorias de idade.

Os alunos da EJA são diferentes dos alunos das outras modalidades de ensino. Uma classe que recebe desde adolescente até idosos, trabalhadores, donas de casa, pessoas com necessidades especiais entre outras, todos com graus de ensino diversificados e trazendo consigo experiências obtidas dentro e fora da escola. Todos com diferentes objetivos e geralmente são pessoas que não tiveram acesso ou continuidade escolar na idade considerada apropriada (DI PIERRO,2003).

Moreira (2003, p. 4) compreende toda as pessoas que não possuem as habilidades de escolarização necessária para cumprir às necessidades da vida social e profissional dos tempos atuais, aumentando significativamente a população brasileira maior de quinze anos não têm o nível mínimo de escolarização, garantido pela Constituição Federal como direito de todos, que é o Ensino Fundamental. “Assim, a democratização da educação faz-se com acesso e permanência de todos no processo educativo, dentro do qual o sucesso escolar é reflexo da qualidade.” (CONAE, 2010, p. 62).

Para a efetivação de um ensino capaz de inserir diferentes sujeitos nas instituições escolares e contribuindo para tornar acessível a todos os brasileiros, a Constituição Brasileira de 1988, determinou aspectos fundamentais da educação, colocando à Educação de Jovens e Adultos como um direito subjetivo que pode ser pleiteado pela população, tendo em vista que se insere dentro da educação básica pública e gratuita (CURY,2004).

A constituição Federal de 1988, Art. 5º, salienta que a educação é um direito de todos os cidadãos, ficando a encargo da família e do estado, munir-se de estratégias para garantir a integridade ao desenvolvimento da pessoa, preparando-a para sua qualificação profissional e para o exercício da cidadania. Para complementar o Art.208, nos incisos I e VI ressaltam que a garantia da educação a todos, abrange

tanto os estudantes do ensino regular (4 a 17 anos) bem como os estudantes que não tiveram o acesso em idade apropriada, podendo ser oferecido no turno noturno, para possibilitar a adequação das condições dos sujeitos.

Com o objetivo de assegurar o cumprimento do que é determinado na Constituição Federal de 1988 (CF/88), o Art.214, delibera-se ser obrigatório a criação de lei que estabeleça o Plano Nacional de Educação – PNE para determinar diretrizes, objetivos e metas eficazes de possibilitar o desenvolvimento dos vários graus de instrução.

A qualidade na educação é uma preocupação antiga, resultante de um conflito histórico cujo ápice aconteceu em 1990, quando foi organizado em Jointhien, Tailândia, a Conferência Mundial de Educação para Todos e o Plano de Ação para satisfazer as Necessidade Básicas de Aprendizagem, e que obteve respaldo do Fundo Nacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e Banco Mundial.

De acordo com Dias (2012), nos anos de 1990, apesar da existência da Conferência Nacional da Educação e a determinação do pacto em favor de superar o analfabetismo no Brasil, o Presidente naquele período, Fernando Collor de Mello, prejudicou os avanços obtidos em relação a Educação de Jovens e Adultos, porque acabou com os programas direcionados para a alfabetização da população.

Primeiramente extinguiu-se o programa vinculado ao Ministério da Educação cuja responsabilidade de supervisionar e acompanhar às instituições e secretarias que recebiam recursos para promover educação aos estudantes que não tiveram acesso ao conhecimento na idade própria (EDUCAR), o qual tinha sido substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), deliberando o Programa Nacional de alfabetização e Cidadania (PNAC), muito divulgado na mídia.

O PNAC foi inserido em setembro de 1990 com a concepção de quebrar a imagem debilitada do Governo Collor, pois mostrava o contexto social com várias desaprovações quanto a falta de benefícios para o sistema educacional (BERTOLEZA,2021). De forma que a alternativa foi propor esse programa destacando a globalização do Ensino Fundamental e a extinção do analfabetismo, no entanto, no ano subsequente foi eliminado sem nenhuma declaração para tal ação (DIAZ,2020).

Entretanto Dias (2012), afirma que os Governos de Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor de Mello, não se preocuparam com as políticas públicas

que norteavam a Educação De Jovens e Adultos, de maneira que alteraram o Art. 60 da Constituição Federal de 1988 no título dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (BRASIL, 1988), com a Emenda Constitucional n° 14, de 12 de setembro de 1996 (BRASIL, 1996), que diminuiu o capital para a erradicação do analfabetismo em dez anos.

No mesmo ano de 1996 foi decretada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n°9394/96 (Brasil, 1996) que nos seguintes artigos 37 e 38, aborda a Educação de Jovens e Adultos, afirmando que é dever do sistema educacional oferecer de forma gratuita o ensino fundamental para estudantes acima de 15 anos e o ensino médio para estudantes maiores de 18 anos para os estudantes que não tiveram oportunidade de permanecer no âmbito escolar na idade certa (DIAZ, 2020).

O ensino ofertado deve considerar o contexto dos alunos e suas expectativas, dando-lhes oportunidade e conhecimentos da base comum do currículo, com a finalidade que permaneçam nas unidades escolares, concluindo a educação básica e capacitando-os para concluir os estudos nas etapas subsequentes. Desta forma, demonstra que a educação sofreu alguns períodos de ascensão pautados na LDB n° 9394/96 e decadência devido a supressão orçamentária destinados à Educação de Jovens e Adultos, conforme reitera Dias (2012).

A Educação de Jovens e Adultos está pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos – DCN/EJA (BRASIL 2000), com a inquietação de possibilitar procedimentos direcionados para a regularização de práticas em favor do aperfeiçoamento da educação para as pessoas que não tiveram acesso a escolaridade na idade certa.

No Parecer n° 11 de 10 de maio de 2000 (BRASIL 2000), ressalta as três funções fundamentais da Educação de Jovens e Adultos:

- **Reparadora:** referindo-se à viabilidade de ingresso e continuação dos estudos dos estudantes que por vários fatores não deram continuidade a sua vida acadêmica, sendo crucial possibilitar a esses sujeitos as mesmas condições em relação a garantia de educação.

Acrescentando que nada resolve apenas matricular-se, é de suma importância assegurar um ensino de qualidade valorizando as especificidades destes jovens e adultos como cidadão que tiveram um direito refutado. Brasil (2000) afirma que:

[...] a função reparadora deve ser vista, ao mesmo tempo, como uma oportunidade concreta de presença de jovens e adultos na escola e uma alternativa viável em função das especificidades socioculturais destes

segmentos para os quais se espera uma efetiva atuação das políticas sociais (BRASIL, 2000, p. 9).

Esta função é fundamental para possibilitar as premissas necessárias para que os jovens e adultos retornem aos seus estudos que não terminaram na idade própria. Uma forma de promover a igualdade entre os seres humanos é ter assegurado o direito da educação (DIAZ,2020).

- **Equalizadora:** está relacionada a propostas de possibilidades pedagógicas a todos os sujeitos, atendendo suas dificuldades e diferenças, haja vistas, que a EJA é voltada a pessoas de várias camadas sociais que interromperam seus estudos por reprovações, evasões e por desigualdades de oportunidades, sendo primordial um plano educacional capaz de integrar esses sujeitos do universo econômico, cultural e social

Por meio da função equalizadora possibilita-se a equidade de acesso a prática educativa a todos os indivíduos que não tiveram esse objetivo, donas de casa, aposentados, trabalhador, entre outros, que por algum motivo interromperam seus estudos. Enfatizando que esta é a função que abre caminhos para que os indivíduos retornem aos âmbitos escolares e amplie suas experiências de vida e conhecimentos acadêmicos (BRASIL, 2008a)

- **Qualificadora ou permanente:** retrata situações de aprendizagem de conteúdos para a vida, porque a educação de jovens e adultos deve priorizar a qualificação continuada dos cidadãos, valorizando a experiência e os conhecimentos que eles trazem pautados no diálogo onde pode ser construído o conhecimento de maneira contínua, observando a aptidão incompleta que qualifica as pessoas, com o objetivo de colaborar para a constituição de uma sociedade priorizando a globalização e equilíbrio de oportunidades. “Ela tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e de adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares” (BRASIL, 2008a, p. 11).

Esta função é a essência da EJA, pois entrelaça conhecimento científico com o conhecimento de mundo proporcionando a formação continuada. A problemática de buscar qualidade na educação da EJA, vem de encontro a Câmara de Educação Básica - CEB e da Resolução do Conselho Nacional de Educação – CNE, no dia 05 de julho de 2000, nº 1, que designou às Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA (DCN/EJA) que é firmado por 25 artigos que orientam sobre as atribuições que devem ser considerados na proposta da referida modalidade educacional, observando a

equidade, que estabelece a igualdade de oportunidades, em relação ao acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino.

Conforme a resolução citada acima, o direito a escolaridade sobrepõe a consideração das especificidades e diferenças culturais trazidos dos espaços fora do âmbito escolar, sendo responsabilidade dos sistemas de ensino propor cursos, estratégias e possibilidades para possibilitar a finalização dos estudos, por meio de cursos presenciais, semipresenciais, e a distância, desde que as unidades escolares estejam avaliadas e credenciadas pelo poder público (DIAZ,2020).

Perante a obrigação moral pautada na omissão de políticas referentes a assistência às pessoas que não tiveram acesso à educação na idade certa, foi publicado em 2001 o Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da Lei nº 10.172, sendo a primeira versão direcionando 26 metas para Educação de Jovens e Adultos, garantindo a alfabetização de dez milhões de jovens em cinco anos e a eliminação do analfabetismo em dez anos tanto no Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Nesta modalidade de ensino existem princípios básicos que determinam didáticas específicas e propostas pedagógicas as quais atendam a diversidade desses atores no cenário da Educação de Jovens e Adultos. De modo especial, a educação, principalmente a EJA tem a função de aprimorar o potencial, a consciência crítico-social dos cidadãos, colaborando para uma sociedade mais sustentável, igualitária e humana.

Nota-se que as políticas educacionais direcionadas para essa categoria educacional foram inspiradas pelos pontos de vistas econômicos relacionando-se de modo direto, a vida material e a sobrevivência, no entanto esse ensino não pode prosseguir com a crença de um ensino compensatório e imediatista, somente para auxiliar no espaço profissional, sem atender aos alunos em todas as suas expectativas: educacionais, intelectuais e educacionais.

A educação de Jovens e Adultos ao longo do tempo, no Brasil, tem defrontado com as questões econômicas, políticas e sociais que implicam em sua concretização, assim Gadotti (2003), define que a educação deve considerar dificuldades da ausência de valorização e especificidades, experiências mal sucedidas, vivenciadas dentro da instituição escolar e complexos de inferioridades.

Nesta etapa de Ensino de Jovens e Adultos, faz parte de um processo histórico marcado por muitos movimentos e lutas considerando o número de pessoas que se

encontram excluídas da sociedade e não tiveram o respaldo educacional (MAIA,2013).

Gadotti (2003), afirma ainda, que as práticas pedagógicas, devem estar de acordo com a realidade dos estudantes desta modalidade de ensino, priorizando ações democráticas, com a participação de toda comunidade escolar, valorizando a experiência de vida dos estudantes, utilizando o processo dialógico, constituindo a tão sonhada educação do cidadão. Em busca de democratizar a educação houve necessidade de solidificar por meio da publicação da Constituição Federal de 1988, que norteiam os artigos nº 205, 208 e 214, que trata da universalização do ensino, envolvendo as pessoas que não tiveram acesso à educação na idade própria.

Ainda sobre a luta pelo aperfeiçoamento na qualidade da educação, a LDB nº 9394/96 (Brasil, 1996), ressalta a importância da EJA inclusa na Educação Básica, proporcionando uma bússola em relação a sua efetivação. A modalidade de ensino devolve aos estudantes que não tiveram condições de concluir seus estudos na idade devida, um antigo sonho, o de ter uma certificação e acrescentar novas oportunidades tanto profissional como pessoal (ARRUDA,2019).

Para Brasil (2006):

[...] assegurar a todas pessoas o direito de desenvolver as habilidades de leitura e da escrita, a fim de usufruir da cultura letrada, fortalecer as identidades socioculturais, melhorar as condições de vida, promover a participação cidadã e a equidade de gênero, preservar a saúde e o meio ambiente (BRASIL, 2006, p. 21).

O Estado tem o dever de criar políticas públicas educacionais de acesso e permanência na instituição educacional, diante da situação vigente, Oliveira, (2001) defende que:

[...] políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. [...] em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar (OLIVEIRA, 2001, p. 4).

Nesse sentido, vale reiterar que as políticas públicas, são essenciais para o processo escolar da EJA, proporcionando formalmente os conteúdos de acordo com as necessidades educativas dos estudantes, conscientizando-os do seu papel de cidadãos e corresponsáveis pelo bem-estar social, colaborando para vencer as desigualdades de classe.

Mesmo sendo uma modalidade que necessita de ações concretas e investimentos, os programas e as políticas educacionais voltadas para esse público

de jovens e adultos não tiveram grande duração, por ausência de estratégias bem definidas e consciência pois o fundamento das políticas públicas é suprir as necessidades de escolarização dos indivíduos, conscientizando-as do seu papel de cidadão e corresponsável pelo bem estar social, auxiliando no combate das desigualdades sociais (MAIA,2013).

Outra questão essencial sobre as políticas públicas é que elas sejam elaboradas considerando os anseios dos sujeitos no exercício de sua participação na sociedade. Para a escolarização dos jovens e adultos é imprescindível as políticas públicas, haja vista que esta modalidade de ensino que mais precisam de ações concretas e investimentos.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo foi elaborado inicialmente por meio desta pesquisa bibliográfica, pautando-se na problemática A evasão escolar do ensino fundamental na modalidade EJA e ainda analisando documentos e material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet, para assim perceber os pontos fracos da gestão escolar e analisar as questões evidenciadas.

Para tanto apresentou a pesquisa embasada em fundamentação através do assunto apresentado nas páginas anteriores, a qual será realizada em uma abordagem descritiva exploratória do tema em voga.

Para o desenvolvimento do presente estudo, a metodologia de pesquisa utilizada abordou um cunho qualitativo e que foi desenvolvida para se comprovar as hipóteses levantadas, através de análise documental, na abordagem descritiva realizada acerca das causas da evasão escolar anos finais do ensino fundamental modalidade EJA com foco nos principais fatores que possibilitam ao alunado dessa modalidade de ensino, desistir do curso, elevando as taxas de evasão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mesmo que a Constituição de 1988, assegura a todos o direito a Educação de Jovens e Adultos, e tendo esse direito reafirmado pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996, ainda há caso que a institucionalização permaneça sem relevância, principalmente devido a escassa distribuição de recursos, pois não houve a

implementação de uma política nacional para apoiar esse segmento. Não é prioridade dos governantes atender esse público, é notório atender aos seguimentos iniciais da educação, “[...] a prioridade da política educacional foi universalizar o acesso à escola na infância e adolescência” [...], (BRASIL, 2008a, p. 52).

A legislação LDB 9394/96, prevê que os jovens com a faixa etária de 15 anos completos poderá matricular no Ensino Básico e com 18 anos completos poderá ingressar no Ensino Médio, desde que tenha a conclusão do Ensino Padrão - capítulo II, artigo 5º parágrafo I e II da Resolução nº 64/68 do Conselho Estadual de Educação, devendo ser oferecidos em unidades escolares de forma gratuita, com igualdade de possibilidades, considerando as especificidades desses jovens e adultos. No artigo 4º declara que os direitos previstos na constituição para a população adulta e jovem à educação: a obrigação do estado com o processo educacional garantindo a estes oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo aos trabalhadores, condições de acesso e permanência na escola. (BRASIL, 1996).

Assim, mostra-se o amparo da lei contemplando aos jovens e adultos que não estudaram na fase apropriada, a garantia de retornar ao meio educacional. Na atualidade é necessário o reconhecimento que os alunos desta modalidade são seres pensantes e críticos e que merecem um olhar bastante reflexivo para a construção de um cidadão participativo e consciente (MAIA, 2013).

A proposta curricular para a esta categoria de ensino sugere uma nova configuração no ensino das competências necessárias voltada para a cidadania, não suprimindo somente o direito de matricular se, ofertando também, a construção acadêmica de excelência, com professores qualificados que possam executar um ensino de qualidade propondo uma forma diferenciada nas diversas áreas do conhecimento e observando o contexto social e sua relação ao espaço acadêmico.

No entanto é decisivo ter em mente a função desta modalidade de ensino em nossa sociedade e como atingir de forma positiva os estudantes que dela usufruem. Os estudantes da Educação de Jovens e Adultos devem ter a seu alcance os conhecimentos que os outros estudantes que frequentam a escola na idade certa recebendo a mesma infraestrutura da instituição de ensino e competências que lhes são necessárias para cada etapa de ensino.

Enfatizando que esses alunos já são contribuintes com a sociedade e possuem uma cultura própria. Haddad (2007) ressalta que há atualmente um aumento no índice

de estudantes matriculados nesta categoria do sistema educacional, pois muitos tiveram o acesso à educação, reduzindo o número de analfabetos, mas, no entanto, poucos conseguiram com eficiência um número expressivo de egresso, dando continuidade aos estudos. Esta preocupação do autor, o qual ressalta o retorno dos alunos evidenciando a não conclusão dos estudos vem de encontro às angústias de muitos pesquisadores de encontrar as causas que colaboram para a evasão.

A educação pode ser vista, ao mesmo tempo, como política e técnica, indicada por uma deliberação de teorias férteis com um significado simbólico, possibilitando uma ponte aos sujeitos educados por um tripé: a cultura, o trabalho e a sociedade. Para ele a educação é capaz de beneficiar os sujeitos criando condições para viver em harmonia na sociedade.

Entende-se que atualmente a EJA, como uma etapa de ensino da educação básica proposta para os indivíduos que não frequentaram as instituições escolares na idade certa ou que não concluíram seus estudos no tempo regular, pode inspirar novas perspectivas instituindo uma ponte com os saberes de mundo que já possuíam e a ampliando-os com novos conhecimentos. Então com esta aliança entre a equipe docente e os jovens e adultos, pode permitir a troca de ideias, a complexidade do conhecimento.

Também buscou-se entender, conforme Maia (2013) como o processo de gestão e as principais políticas públicas vem agindo em detrimento da possibilidade de minimizar o percentual de alunos evadidos, além de buscar entender as causas e situações controversas no caso da evasão, como adequados para o modelo de administração e os motivos que fazem este processo avançar em relação ao conhecimento produzido e a qualidade do trabalho desenvolvido.

A evasão é uma temática muito complexa, pois o número é muito elevado, haja vista que a quantidade de estudantes que matriculam e lamentavelmente não terminam seus estudos, podendo ser aclamado como a intermissão por um tempo definido ou não. Portanto, foi necessário o estudo para o conhecimento das razões que acarretam esse fato social (ARRUDA,2019).

Podemos entender evasão como um entrave de grande porte, praticado pelo abandono dos estudantes antes do término do ano letivo, podendo ser definitivo, tirando o estímulo dos alunos a não continuarem seus estudos. Esses estudantes saem por não conseguirem evolucionar na sua vida acadêmica e nem sempre por vontade própria. Para Oliveira (2001, p.20) a evasão está associada a:

(...), o grande índice de evasão e reprovação nos projetos do sistema educacional de educação de jovens e adultos apontam ausência de harmonia entre essa unidade escolar e os estudantes nela matriculados, entretanto não podemos deixar de considerar, sobre razões de ordem econômica e social que impedem os estudantes de se dedicar de forma plena a seu plano pessoal de estudar nesse programa.

O autor ressalta a importância do currículo está dentro das expectativas desses sujeitos que fazem parte de um grupo com suas características próprias que devem ser respeitadas.

Uma proposta curricular é um texto ou discurso político sobre o currículo porque tem intenções estabelecidas por um determinado grupo social. Existem dois tipos de causas para a evasão, de natureza extrínsecas e intrínsecas, possibilitando a reflexão para uma diversidade ampla de variáveis para a temática. Sendo algumas causas por parte da instituição que são intrínsecas, pois não dependem dos estudantes, mas os afeta na permanência na unidade escolar. Para Di Pierro (2003 p 17):

[...] os educadores que lecionam para os jovens e adultos são, geralmente, também do ensino básico. Ou eles buscam equiparar os métodos a esta etapa específica, ou utilizam com os jovens e adultos metodologia igual a de aprendizagem significativa que utilizam com adolescentes e crianças

Segundo o autor as causas da evasão podem estar nas metodologias dos professores que estão inadequadas a esse público. O autor sugere aulas que transpõem o conhecimento para além dos muros da escola, que motivem os alunos a concluírem seus estudos.

Oliveira (2001) acredita que uma das causas da evasão pode estar associada ao contexto social do aluno e as características de sua família. Na Educação de Jovens e Adultos, alguns alunos têm a responsabilidades de garantir o sustento da família, muitos conciliam trabalho com o estudo, se tornando assim um fator que pode vir a contribuir com sua evasão. De acordo com Silva (2009, p.07):

A verdade, não só o professor, mas, também o sistema educacional, acaba por atribuir ao aluno a culpa pelo seu fracasso, sem fazer uma reflexão que possibilite reconhecer as verdadeiras causas desse fracasso, que pode estar tanto no processo de ensino-aprendizagem, na relação professor-aluno, nos currículos, na situação socioeconômica dessa clientela, dentre tantas possíveis causas.

Para Souza e Alberto (2008), a necessidade de trabalhar precocemente é uma realidade presente em nosso país, são indivíduos oriundos de classes desaparecidos:

Se por ventura os indivíduos que iniciam precocemente no mercado de trabalho, o dia a dia de trabalho, que lhes proporciona desgaste físico (dores na cabeça e no corpo), carga com excesso de responsabilidade e falta de ânimo, furtando-os do direito de brincar, e estudar, transpondo a ser uma referência primordial em termos de aprendizado, em vez de experiências no âmbito escolar. Ao mesmo tempo que os estudantes, vinculam predominantemente ao aprendizado do bom senso e das vivências diárias, contribuindo para que se transformem em pessoas inexperientes sem conhecimentos acadêmicos necessários ao mercado de trabalho exigido pela sociedade atual. Fracassando no sistema educacional, onde são necessárias as competências listadas em princípios que só encontra nas instituições educacionais, como: processos abstratos, linguagem conceitual, raciocínio lógico, definição algébricos e aritméticos, e outros. (SOUZA; ALBERTO, 2008, p. 716).

Para buscar o nivelamento de oportunidades esses cidadãos recorrem a EJA, para ampliar seus conhecimentos acadêmicos, mas nem sempre encontram o que esperam acabando por evadirem. Para Xiberrás (1993), a evasão pode ser advinda também da falta de democracia social, pois, nem todos têm as mesmas oportunidades de estudar:

Os esquecidos não são apenas desprezados fisicamente (racismo), de modo geográfico (minorias sociais) ou condições financeiras (classe com menos poder aquisitivo). Eles não são somente abstraídos de bem material, mas também do mercado de trabalho. Os desprezados são também dos bens espiritual e material: o seu valor não reconhecido e estão excluídos do mundo alusivo (Xiberrás, 1993, p. 18).

Esses cidadãos são vítimas de um sistema injusto que atrapalha a vida diária e escolar, prejudicando concomitantemente a autoestima assim como a convivência entre esses cidadãos. Silva (2019) afirma que no começo do ano letivo matricula-se um índice considerável de alunos, presumindo que muitos desistiram no decorrer do ano. De modo prévio, existe um reconhecimento cruel e realista, sobre o que acontecerá anualmente, essa situação é repetida.

Apesar que a instituição de ensino sozinha não seria capaz de um enfrentamento eficaz desse fenômeno. É necessário parcerias entre: Alunos/ Sociedade/ Instituição Escolar/ Poder Público. No decorrer do ano sempre há algumas ações para resgatar esses estudantes, alguns positivos, outros não, como objetivo de assegurar a escolarização para aqueles que, na infância não estudaram.

Percebe-se, assim, ao fazer uma análise sobre o fenômeno do fracasso do sistema de ensino voltada para os estudantes da EJA que há relação imparcial abrangendo situações culturais e socioeconômicas, mesmo na era moderna, onde o

conhecimento é reputado como uma engrenagem para impulsionar o progresso do país. No entanto é necessário compreender a EJA, não somente como uma educação que possa assegurar a evolução no setor econômico, qualificar a mão de obra, mas como uma virtude e como uma oportunidade para os alunos constituírem conhecimentos fundamentais para o desempenho em vários contextos sociais e espaços (ARROYO,2005).

Conforme Brasil (2000), aparecem novas expectativas para a Educação de Jovens e Adultos, por meio de ação da sociedade civil e organizações sociais que vem cobrando do Poder Público o cumprimento de seu dever para com o sistema educacional. Assim que alguns indivíduos conscientizaram sobre seus direitos, iniciaram as lutas para a equidade educacional e social, mesmo que esses direitos são assegurados de forma lenta. Em contra partida outra fatia grande da sociedade de classe inferior continua as margens da sociedade, excluídos em razão de poucas ações de políticas públicas educacionais e sociais.

Dentre as principais situações que precisam ser reestruturadas dizem respeito a: falta de políticas públicas; problemas pessoais; longa jornada de trabalho; pouco aproveitamento; falta de tempo para os estudos; conteúdos aquém do conhecimento prévio e pouco interesse. Fatores políticos podem ser caracterizados, sobretudo como fator inicial para a causa da evasão escolar da EJA, uma vez que se estes que norteiam essa modalidade de ensino não cumprem o seu papel, o fracasso será evidente.

Santos, Gomes e Santana (2013), caracterizam as políticas públicas voltadas para a EJA, como causa inicial da evasão. Para esses autores o problema da evasão escolar é complexo, apontando alguns fatores que contribuem para a evasão escolar:

Como as de ordem social que estão ligados as condições em que o aluno está inserido na sociedade, e de ordem econômica, o que no modelo de produção capitalista com a divisão territorial e social o trabalho se tornou mais comum, onde os alunos tendem a migrar em busca de emprego, melhores condições de trabalho, ou se deslocar em consequência da mudança do seu trabalho, além de não conseguirem conciliar trabalho com a escola (SANTOS; GOMES; SANTANA, 2013, p. 969).

De acordo os autores, o aluno que estuda na EJA tem dificuldade em manter as pressões da sua vida em equilíbrio: pressões que emergem do seu trabalho, da sua família, das atividades do curso e das possíveis variações de sua própria personalidade. Brasil (2000) reforça que mesmo com o triunfo de alguns direitos, a sociedade necessita permanecer exigindo

[...] dos gestores públicos, educadores e movimentos sociais a realização de esforços para a garantia do direito à educação de jovens e adultos, buscando novas formas, espaços e propostas político-pedagógicas adequadas às especificidades deste público (BRASIL, 2009, p. 25).

O conflito assegurando o direito à educação voltada para os jovens e adultos é então um procedimento incessante e se caracteriza como um resgate indispensável de um direito legitimado na Constituição Federal, podendo permanecer numa situação desfavorável. Possibilitar propostas político-pedagógicas que beneficiem essa modalidade, envolvendo saúde, geração de emprego e renda, dentre outras, é propor oportunidades de novos horizontes para esse atores, colaborando, assim, para a redução dos alarmantes índices de evasão escolar.

Os alunos da educação de jovens e adultos, em geral são indivíduos que possuem a autoestima bastante frágil, por sentir-se excluídos do mundo acadêmico, pela situação econômica desfavorável e principalmente, pela trajetória frustrada no meio educacional. Portanto a evasão tem sido um grande entrave vivenciado pelos estudantes e também para os professores para mater os sujeitos em salas de aulas.

O empenho do estudante com as atividades propostas didaticamente, por meio do emprego de procedimentos adequados a esses indivíduos podem converter em uma ação positiva para reduzir a evasão, pois os educandos ficarão mais entusiasmados com o seu desenvolvimento acadêmico. As metodologias didáticas não devem acontecer como uma deliberação reta, onde os conteúdos se apresentam forma fixa, inerte, longe da vivência desses sujeitos. Nota-se, que é necessário associar o trabalho da instituição escolar, com os saberes de mundo do público estudantil da EJA. Brasil garante que:

[...] a articulação de saberes das classes populares com os conteúdos escolares (técnicos e científicos), exige modos não-hierarquizados e não dicotomizados de intervenção pedagógica, dando sentido e significado a esses novos saberes assim produzidos, de forma a construir sistemas conceituais que contribuam para compreender a realidade, analisá-la e transformá-la (BRASIL, 2000, p. 33).

Diante desse rompimento já hierarquizado e dicotomizado do tradicional e limitado fazer pedagógico introduz então uma educação horizontal, superando as relações estabelecidas tradicionalmente, tendo o diálogo como articulador das ações de ensinar e aprender (ARROYO,2005). Dessa forma é necessário analisar, compreender e mudar a condição de vida desses indivíduos sendo tarefa da instituição

escolar, ressaltando a importância da fundamentação e sistematização do currículo relacionando os conteúdos mediante aos interesses dos estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modalidade de educação de jovens e adultos é uma categoria de ensino formada por uma pluralidade de indivíduos, detentor de preferências, expectativas e conhecimentos heterogêneos. Portanto a instituição de ensino necessita estar alinhada com os interesses desses atores distintos para recebê-los e trabalhar com práticas pedagógicas diferenciadas, objetivando a diminuição da evasão escolar.

A evasão escolar simboliza um óbice crônico para a educação de jovens e adultos pois consegue banir das instituições escolares um índice grande de estudantes da educação básica que retornaram aos bancos escolares para terminar os seus estudos ou cursar pela primeira vez a escola.

Os alunos da educação de jovens e adultos, em geral são indivíduos que possuem a autoestima bastante frágil, por sentir-se excluídos do mundo acadêmico, pela situação econômica desfavorável e principalmente, pela trajetória frustrada no meio educacional. Portanto a evasão tem sido um grande entrave vivenciado pelos estudantes e também para os professores para mater os sujeitos em salas de aulas. O trabalho pode ser definido como uma atividade típica do ser humano e como um mecanismo comum capaz de promover transformação em uma sociedade.

Por outro prisma, porém o trabalho, pode ser o agente mais impulsionador e importante para o retorno escolar, a permanência e a obtenção da certificação, com o objetivo de qualificar profissionalmente e adquirir uma posição melhor no mercado de trabalho, em atributo as premissas das instituições e empresas que procuram indivíduos mais capacitados para a ocupação dos cargos oferecidos.

A imposição de capacitação profissional e melhor desempenho no mercado de trabalho, têm colaborado bastante para os jovens e adultos retornar as instituições de ensino, que para assegurar o retorno e a permanência desses indivíduos na escola é necessário que tenha políticas públicas de inclusão socioeconômicas, garantindo-lhes oportunidades para qualificar-se profissionalmente, criando condições de participação, melhores oportunidades de trabalho, direitos igualitários, inclusão social e o direito de exercer a cidadania.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. **Construção coletiva: contribuições à educação de jovens e adultos. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão.** Brasília: UNESCO, MEC, RAAAB, 2005. p. 42.

ARRUDA, Danielle Zanon Marques. **Evasão escolar no ensino técnico: Um estudo de caso numa escola técnica do Centro Paula Souza.** Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca/SP. 2019

BERTOLEZA, Maria José, **Evasão Escolar da EJA (Educação de Jovens e Adultos): Um Estudo de Caso na Escola Municipal de Educação Básica, Pariconha-AI, 2019, 18-03-2021**

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Presidência da República. Casa Civil.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade SECAD. Alunas e alunos da EJA. Brasília: **Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos**, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

_____. Ministério da Educação. **Propostas Curricular para a Educação de Jovens e Adultos, Segundo Segmento do Ensino Fundamental (5º a 8º série).** Brasília: MEC. 1997.

_____. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB 11/2000, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: MEC, 2000.

CARREIRA, Denise. Gênero e raça: **A EJA como política de ação afirmativa.** In: CATELLI JR., Roberto; HADDAD, Sérgio; RIBEIRO, Vera Masagão (Orgs.) **A EJA em xeque: desafios das políticas de Educação de Jovens e Adultos no século XXI.** São Paulo: Global, Ação Educativa, 2014. p.195-230.

CONAE, 2010, p. 62). BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2010. Documento Final da Conferência Nacional de Educação.** Brasília: MEC. 2010

DIAS, Letícia Pereira. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contradições. **Revista UNIFAMMA, v. 11, n. 1, Maringá, 2012.**

CORTEZ. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. Caderno 1: Alunas e alunos da EJA.** Brasília, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Por uma nova Educação de Jovens e Adultos. In: TV Escola, Salto para o Futuro. **Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. Boletim, 20 a 29 set. 2004.**

DI PIERRO, Maria Clara. Seis anos de educação de jovens e adultos no Brasil. São Paulo: **Ação Educativa**, 2003. 32p. Disponível em: http://www.bdae.org.br:8080/bitstream/123456789/2347/1/seis_anos_eja.pdf

DI PIERRO, Maria Clara. Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de educação de jovens e adultos. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, especial, out. 2005.

DIAS, Letícia Pereira. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: história e contradições. **Revista UNIFAMMA**, v. 11, n. 1, Maringá, 2012.

DIAZ, Adriana, O abandono Escolar na Educação Média superior, **Revista Internacional de Estudos sobre Sistemas Educativos** International Journal of Studies in Educational Systems 2020, Vol. 2: Núm. 10, págs. 449-4

FERREIRA, Maria Zuleide, **Possíveis causas da Evasão escolar** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

FERREIRA, Joana D'arc de Freitas. **Contribuições de Paulo Freire para a Educação de Jovens e Adultos-EJA**. Monografia, Especialização. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Por uma Política Nacional de Educação Popular de Jovens e Adultos**, 2003 Cortez, São Paulo.

GOMES, Carlos Francisco Simões. A Evasão Escolar no ensino técnico: Um estudo de caso do CEFET/RJ. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 13, n.32. 2005.

HADDAD, S. **Por uma nova cultura da educação de jovens e adultos, um da Associação Nacional de PósGraduação em Educação (ANPEd)**, 30, 2007. Caxambu. Anais... Caxambu: 2007, p.130. Disponível em www.anped.org.br, 2007. <https://amazon-c.unifacs.br/index.php/rde/article/viewFile/6300/3958>.

MAIA, Antônia Luci. **Educação de Jovens e Adultos: Políticas Públicas no Município de Pinhais (2009-2012)**. UFPR. Curitiba, 2013.

MOREIRA, Marco A. **Aprendizagem significativa crítica**. Porto Alegre. 2003
OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e Adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem**. RIBEIRO V.M. (Org.). In: **Educação de Jovens e Adultos novos leitores, novas leituras**. Campinas, São Paulo: Ação Educativa. 2001

SILVA, Louise Carla Siqueira da. **Um olhar sobre a intermitência na Eja nível II, Congresso Nacional de Educação-Conedu**, Rio Grande do Norte, 2019.

SILVA, Shirley Ângela da. et, al. **A expectativa dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com relação à educação para o trabalho**. Recife (PE): UFP, 2011.

SILVA, Natalino Neves da. **Educação de Jovens e Adultos: um campo de direito à diversidade e de responsabilidade das políticas públicas educacionais**.



Educação e Diversidade, v. 2, p. 209-225, 2009. Disponível em:
<http://www.ufpe.br/cead/estudosepesquisa/textos/natalino_neves2.pdf>.

SOUZA, O. M. C. G. de; ALBERTO, M. de F. P. **Trabalho Precoce e processo de escolarização de crianças e adolescentes. Psicologia em estudo**. Maringá, v. 13, n. 4, p. 713-722, out-dez, 2008.

XIBERRÁS, M. (1993). **As teorias da exclusão: para uma construção do imaginário do desvio (2ª ed.)**. Lisboa: Instituto Piaget.